

Erik S. Reinert

**COMO OS
PAÍSES RICOS
FICARAM RICOS
... E POR QUE OS
PAÍSES POBRES
CONTINUAM POBRES**

CONTRAPONTO


Centro Internacional
CELSO FURTADO
de Políticas para o Desenvolvimento
The International CELSO FURTADO Center for Development Policies

3.

Emulação: como os países ricos ficaram ricos

Por volta do século XIII, florentinos, pisanos, amalfitanos, venezianos e genoveses passaram a adotar uma política diferente para aumentar sua riqueza e seu poder. Eles perceberam que as ciências, o cultivo da terra, a aplicação das artes e da indústria e a introdução de amplo comércio poderiam gerar uma grande população, atender suas inúmeras necessidades, sustentar grande luxo e ganhar imensas riquezas – sem que fosse necessário acrescentar mais territórios.

Sebastiano Franci, reformador iluminista milanês, 1764

Uma nova visão de mundo: do jogo de soma zero à inovação e ao crescimento

Desde tempos imemoriais a maioria dos habitantes da Terra viveu uma vida simples, em relativa pobreza, frequentemente em frágil equilíbrio entre o tamanho da população e os recursos disponíveis. Alfred Marshall, um dos fundadores da economia neoclássica, escreveu que todas as migrações da história ocorreram por causa dos rendimentos decrescentes, resultado de uma densidade populacional crescente diante de uma disponibilidade de recursos naturais e uma tecnologia inalteradas. Esse mecanismo é descrito na Bíblia (Gênesis 13:6), quando as tribos de Israel tiveram de partir porque “a terra não podia sustentá-las, para elas habitarem juntas; seus bens eram muitos, de modo que não podiam habitar juntas”. Gradualmente surgiram bens de luxo, mas eles se destinavam a poucos escolhidos. As riquezas eram adquiridas principalmente pela conquista de novos territórios.

Em um mundo assim, riqueza e pobreza eram um jogo de soma zero: a riqueza era adquirida basicamente com a mudança de proprietário de um patrimônio que já existia. Essa visão de mundo, que também deve ter existido desde tempos imemoriais, foi codificada por Aristóteles e moldou a visão de mundo da escolástica, a filosofia da Europa medieval tardia. “O lucro de um homem é a perda de outro”, confirma São Jerônimo (c. 341-420). Tardamente, em 1643, o inglês Sir Thomas Browne (1605-1682) sustentava que “todos não podem ser felizes ao mesmo tempo, pois a glória de um Estado depende da ruína de outro”. A história tendia a ser cíclica, conforme descrito por Ibn Khaldun, historiador árabe do século XIV. Para ele, as sociedades eram formadas pela coesão social, e havia as sociedades do deserto e as sociedades da cidade. Uma tribo do deserto conquistava uma cidade, mas decaía conforme se tornava mais requintada e mais fraca. Depois de certo número de gerações a cidade voltava a ser conquistada por uma nova tribo do deserto.

As mudanças que Sebastiano Franci descreve como tendo ocorrido em certas cidades italianas têm origem em uma mudança fundamental na visão de mundo tradicional. Essa nova mentalidade, que se afirmava de muitas maneiras, foi um produto do Renascimento tardio. Muitos fatores se combinaram para fazer com que o jogo de soma zero desaparecesse como visão de mundo dominante, introduzindo um elemento de progresso para além da natureza cíclica da história. Vários desses novos elementos podem ser rastreados até um passado longínquo, mas só durante o Renascimento eles reuniram massa crítica suficiente para alterar a visão de mundo tradicional e forjar uma nova cosmologia. Esses novos elementos fundamentais do Renascimento – que, pela primeira vez na história, criou riqueza generalizada em certas áreas – desapareceram do atual pensamento econômico. Uma importante razão subjacente para sermos incapazes de solucionar a pobreza no mundo atual é que essas descobertas do Renascimento – e depois

as do Iluminismo – não podem ser formalizadas com facilidade na linguagem que os economistas modernos decidiram usar.

Desde muito cedo era claro para as pessoas que a maior parte da riqueza estava nas cidades, particularmente em certas cidades.¹ Elas eram o lar de cidadãos livres. No campo, as pessoas geralmente eram servas, presas ao solo e ao senhorio local. Estudos para compreender os fatores que tornaram as cidades muito mais ricas do que a zona rural decorreram dessas observações. Aos poucos, a riqueza das cidades foi percebida como sendo um resultado de sinergias: pessoas dos mais diversos ofícios e profissões compartilhando uma comunidade. O estudioso e estadista florentino Brunetto Latini (c. 1220-1294) descreveu essa sinergia como “*il ben commune*”, ou “o bem comum”. A maioria dos primeiros economistas, os mercantilistas e seus homólogos alemães – os *camera*listas –, usava tais sinergias como um elemento fundamental para compreender a riqueza e a pobreza. “É o bem comum que torna as cidades formidáveis”, repete Nicolau Maquiavel (1469-1527) quase trezentos anos depois de Brunetto Latini.

Além de compreender a riqueza como um fenômeno coletivo, o Renascimento assinalou a importância e a criatividade do indivíduo. Se não mantivermos essas duas perspectivas em mente – o bem comum e o papel do indivíduo –, nem a visão renascentista da sociedade nem o fenômeno do crescimento econômico podem ser entendidos. Essa ambivalência teórica, que leva em conta tanto os interesses da sociedade quanto os do indivíduo como unidades de análise, caracteriza a teoria econômica europeia continental até a Segunda Guerra Mundial, especialmente a alemã, para em seguida quase que desaparecer. No século XX, análises desse aspecto conduziram a importantes debates sobre as relações entre as diferentes formas de liberdade (por exemplo, o dilema entre o direito do indivíduo de portar armas *versus* o direito do resto da sociedade de não ser baleada). A perda dessa dupla perspectiva teórica – exemplificada pela frase de Margaret Thatcher: “Não existe essa

coisa de sociedade” – inibe seriamente a nossa compreensão da pobreza e de situações de fragilidade. A metodologia da economia neoclássica muitas vezes a torna cega para as verdadeiras sinergias.

A visão de Aristóteles, que falava do mundo como um jogo de soma zero, lentamente deu lugar a um entendimento crescente de que uma nova riqueza pode ser criada – não somente conquistada – por meio de inovação e criatividade. A mudança gradual do sentido da palavra “inovação” esclarece esse desenvolvimento. Em 1277, Roger Bacon (c. 1214-1294) foi preso em Oxford por “inovações suspeitas”, uma heresia que consistia em buscar conhecimento fora da Bíblia e das obras de Aristóteles. Quando, cerca de trezentos anos depois, Francis Bacon (1561-1626) escreveu o ensaio *Das inovações*, as inovações foram aceitas como portadoras de maiores riqueza e felicidade para o homem. Na visão utópica de *A nova Atlântida*, Francis Bacon descreve um Estado em que a inovação ocupa o lugar de honra: as pessoas inventam veículos que se autopropulsionam, além de submarinos, microfones e medicamentos para prolongar a vida. Bacon também descreve o primeiro “conselho nacional de pesquisa” do mundo, a Casa de Salomão. O crescimento das atividades industriais rompeu os círculos viciosos dos rendimentos decrescentes, criando o que foi, por um período muito longo, privilégio exclusivo das cidades: rendimentos crescentes. Como vimos, a expressão rendimentos crescentes significa que, na medida em que a produção se expande – mesmo sem mudança técnica –, o custo de produção por unidade cai. Segundo Antonio Serra (1613), a receita para um Estado rico consiste em rendimentos crescentes combinados com uma grande divisão do trabalho – em outras palavras, a maximização do número de profissões e atividades na cidade.

A história da Inglaterra é um exemplo de como um país passa da pobreza à riqueza. Na prática, foi uma política antes de se tornar uma teoria escrita. Já em 1581 o autor John Hales compreendia a importância do multiplicador industrial para a riqueza na-

cional: “Quão pouco juízo demonstraríamos [...] se deixássemos sair nossas mercadorias primárias para que outros as trabalhassem e, em seguida, tivéssemos de comprá-las novamente de suas mãos.”² Esta é a percepção básica encontrada em todos os países que, um após outro, se industrializaram. Os mesmos princípios foram aplicados no Japão e na Coreia, na segunda metade do século XX.

Quando queda de custos e aumento da produção se combinavam – o que chamamos de rendimentos crescentes ou economias de escala –, uma população grande não era considerada um problema pelos economistas do século XVII. Ao contrário, economias de escala na produção e na divisão do trabalho, em todos os novos ofícios, requeriam uma grande população para que houvesse crescimento econômico.³ Mas não bastava ter uma população grande e crescente para alcançar a riqueza: a concentração dessa população também era muito importante. O economista inglês William Petty (1623-1687) sugeriu que se deslocasse a população da Escócia e de outras áreas então periféricas para Londres, onde as pessoas contribuiriam muito mais para o crescimento econômico do que se permanecessem nas áreas vazias da ilha. Só depois de 1798, quando Thomas Malthus (1766-1834) propôs uma teoria econômica baseada em rendimentos decrescentes na agricultura (não na inovação e nas economias de escala da indústria), voltou-se a considerar problemática uma população crescente (como no Gênesis bíblico). A reintrodução, por Malthus e Ricardo, dos rendimentos decrescentes como característica central da economia e o simultâneo abandono dos rendimentos crescentes e das inovações tiveram consequências dramáticas, pois se perdeu a compreensão anterior de que a riqueza resulta de sinergias, rendimentos crescentes e inovações. A ênfase em rendimentos decrescentes deu o nome de “ciência lúgubre” à economia de Ricardo. Sua teoria do comércio ainda é a principal desculpa para o colonialismo e o neocolonialismo, além de ser o núcleo dos mecanismos que mantêm na po-

breza os países pobres. Também se perdeu uma importante característica da ciência iluminista: a compreensão das diferenças pela criação de taxonomias ou sistemas de classificação.

Os primeiros anos da Europa moderna também viram uma acentuada conexão entre descobertas – geográficas e científicas – e inovações, entre o desenvolvimento da teoria e o desenvolvimento da prática. Uma compreensão cada vez mais clara de um universo infinito e em constante expansão foi condição para a visão de mundo mercantilista: assim como o cosmo podia expandir-se infinitamente, também a economia podia fazê-lo. Giordano Bruno (1548-1600) – o cientista e mago hermético que foi queimado em Roma em 1º de julho de 1600 por defender, entre outras coisas, que o Universo é infinito – também contribuiu para a abertura da cosmologia econômica da Europa.

No cerne do processo de avanço econômico está a combinação dinâmica de sinergias e inovações em substanciais condições de especialização e divisão do trabalho. Os economistas já viam isso, claramente, no século XVII. Adiante veremos como esse sistema de crescimento funcionou na cidade holandesa de Delft.

Lentamente, a religião perdeu seu domínio universal sobre a sociedade e abriu-se para a inovação. Foi uma mudança radical, exemplificada pela abordagem de Roger Bacon no século XIII e de Francis Bacon nos primeiros anos do século XVI.⁴ Quando, em 1453, os turcos ocuparam Constantinopla, capital da parte ocidental do Império Bizantino, muitos filósofos se transferiram para a Itália. A filosofia e a Igreja do Ocidente foram fortemente influenciadas pela Igreja do Oriente. Nesse processo, uma versão mais dinâmica do Gênesis – a história da criação – se consolidou. O raciocínio era mais ou menos assim: se o homem é criado à imagem de Deus, é nosso dever tentar emular Deus. Quais são os atributos mais típicos de Deus? A criatividade e as inovações. Ele criou o céu e a Terra. Aos poucos, tornou-se óbvio que nosso papel na Terra devia ultrapassar o de jardineiros e zeladores da cria-

ção. Deus criou durante seis dias e deixou o resto da criação para a humanidade. Criar e inovar, assim como povoar a Terra, tornaram-se o nosso agradável dever. Ao nos fazer multiplicar, Deus também introduziu incentivos para que inovássemos, na alegria de descobrir novas coisas. Alexandre Koyré (1892-1964) põe a questão desta forma: a humanidade passou “de espectadora a dona e senhora da natureza”,⁵ buscando coletar novo conhecimento. Não importava quanta sabedoria seria absorvida. As fronteiras do conhecimento continuariam a se expandir.

Eis, resumidamente, a história de como a compreensão do crescimento econômico evoluiu, como um produto de sinergias, de uma grande divisão do trabalho, de rendimentos crescentes e de novos conhecimentos. Também se entendia que o potencial para alcançar o crescimento, em qualquer tempo, era limitado a determinadas atividades econômicas. Em outras palavras, cada atividade econômica tinha um crescimento econômico específico. Hoje, na teoria econômica dominante, essa visão holística, que leva em conta as diferenças qualitativas, só aparece de maneira fragmentada. Elementos da história – como rendimentos crescentes – são reintroduzidos na teoria de maneira ocasional. Já não mais se resgata o conjunto dos elementos, de maneira convincente, para influenciar a política econômica permitida aos países pobres, justamente aqueles em que tais elementos ainda não existem em grau suficiente. As colônias eram regiões onde não se deixava ocorrer esse tipo de interação sinérgica, e a teoria do comércio ricardiana tornou moralmente defensável o colonialismo. Ainda que a proibição, explícita ou implícita, das indústrias manufatureiras seja o elemento-chave em qualquer política colonial e neocolonial, a teoria ricardiana padrão afirma que isso não importa. A ordem econômica mundial baseia-se nessa teoria que prevê que a integração econômica entre uma tribo indígena na Amazônia e o Vale do Silício tenderá a tornar as duas comunidades igualmente ricas.

Emulação: a política econômica estratégica nasce com Henrique VII da Inglaterra (1485)

Não passou despercebido pelos antigos economistas o fato de que as “ilhas de riqueza” da Europa eram também, muitas vezes, ilhas no sentido geográfico. De modo paradoxal, a riqueza de uma cidade ou uma nação parecia ser inversamente proporcional à sua riqueza natural. Por possuírem pouca terra arável, algumas das áreas mais importantes, como Holanda e Veneza, foram forçadas a se especializar na indústria manufatureira e no comércio ultramarino. Em Florença – a mais importante cidade-estado europeia não situada na costa –, ao longo de séculos, foi vetado qualquer poder político aos grandes proprietários de terras. A vida da cidade, assim como a das cidades-estado costeiras, era dominada pelos interesses dos artesãos, das manufaturas e dos comerciantes. Florença compreendeu muito cedo os mecanismos básicos que criavam riqueza e pobreza. Durante séculos, os proprietários de terras representaram uma ameaça constante para os florentinos, como potenciais aliados dos inimigos do Estado. Manter os latifundiários afastados do poder tinha um duplo objetivo para os cidadãos de Florença: assegurava o poder econômico e a riqueza, pelo estabelecimento da indústria, e sustentava o poder político. Para evitar a especulação e impedir a escassez de alimentos, Florença proibia que se acumulassem alimentos fora dos armazéns da cidade. O poder econômico fez da prosperidade das artes (de ofício) uma característica das sociedades não feudais. Essa ligação histórica crucial entre a estrutura política e a estrutura econômica – entre democracia e economia diversificada, menos dependente da agricultura e das matérias-primas – é outra lição histórica fundamental que esquecemos. Com grande violência e altos custos, tentamos estabelecer a democracia em nações cuja estrutura econômica é essencialmente feudal e pré-capitalista.

Para as nações pobres da Europa, tornou-se claro que havia uma importante conexão entre a estrutura produtiva das poucas

idades-estado mais prósperas e suas riquezas. Essas cidades, como Veneza (mas isso serve também para a Holanda), tinham poder de mercado dominante em três áreas diferentes. Em termos econômicos, gozavam do tipo de renda a que nos referimos antes, que permite aumentar lucros, salários reais e rendimentos tributáveis. Ambas possuíam setores industriais e de artesanato muito grandes e diversificados. No início do século XVI o setor industrial representava cerca de 30% do emprego total na Holanda. Veneza tinha 40 mil homens empregados somente em estaleiros (*arsenale*) e controlava o importante mercado do sal. A Holanda controlava o igualmente importante mercado do peixe. Mesmo na fase inicial de desenvolvimento – sendo ainda relativamente pobre –, Veneza sempre lutou para manter sua posição dominante no mercado do sal. A invenção do arenque salgado em conserva no início do século XIV criou um enorme mercado que era controlado pelos holandeses. Em terceiro lugar, ambas construíram um comércio ultramarino muito lucrativo. Essa primeira onda de prosperidade na Europa baseou-se em rendas de três tipos – um triplo poder de mercado em atividades econômicas ausentes nos Estados europeus mais pobres: a indústria, o monopólio sobre alguma matéria-prima importante e o lucrativo comércio ultramarino. A riqueza havia sido gerada e mantida por trás de enormes barreiras erguidas pela posse de tecnologia superior, por uma grande variedade de atividades industriais que criavam sinergias sistêmicas, pelo poder de mercado, pelos baixos custos gerados por inovações e por rendimentos crescentes – tanto em indústrias individuais como graças a efeitos sistêmicos –, pelo alto valor de suas operações e pela economia de escala no uso da força militar. Após 1485, a Inglaterra emulou a estrutura de renda tripla que havia sido criada nas cidades-estado europeias desprovidas de recursos naturais. Por meio de pesada intervenção econômica, criou o próprio sistema de renda tripla: indústria, comércio de longa distância e uma renda proveniente de matérias-primas (a lã). O êxito da In-

Como os países ricos... países pobres continuam pobres

Inglaterra acabaria por levar ao desaparecimento das cidades-estado e ao crescimento dos Estados-nação, que garantiam maior extensão geográfica para as sinergias encontradas nas cidades-estado. Essa seria a essência do projeto mercantilista na Europa.⁶

Voltemos brevemente à teoria econômica: antes de Adam Smith, muitas vezes se considerava que o desenvolvimento econômico baseava-se nas sinergias dos rendimentos crescentes, das inovações e da divisão do trabalho, que somente nas cidades aparecem juntos. Isto é o oposto da concorrência perfeita postulada pela atual economia do manual-padrão. Desde os manuscritos de Ricardo, de uma Inglaterra no auge da industrialização em 1817, o padrão é o mesmo: os países ricos mantêm pobres os países pobres com base em teorias que afirmam a inexistência dos fatores que criaram suas próprias riquezas. Como veremos, todos os países que enriqueceram depois de 1485 obtiveram esse resultado ao desobedecerem às teorias econômicas de Ricardo.

A primeira política industrial deliberada, implementada em grande escala, baseou-se em uma observação sobre o enriquecimento de algumas áreas da Europa: o desenvolvimento tecnológico em um setor ou em uma região poderia estender a riqueza a toda uma nação. O rei Henrique VII, da Inglaterra, que chegou ao poder em 1485, passou a infância e a juventude com uma tia na Borgonha. Lá, observou a grande afluência de uma área com produção de têxteis de lã. Tanto a lã quanto os materiais usados para limpá-la (o silicato de alumínio) eram importados da Inglaterra. Quando, posteriormente, Henrique assumiu a chefia de seu reino, que estava empobrecido, com vários anos de futura produção de lã hipotecados a banqueiros italianos, ele se lembrou de sua adolescência no continente. Na Borgonha, não só os produtores têxteis, mas também os padeiros e outros artesãos eram abastados. A Inglaterra estava no negócio errado: o rei percebeu isso e definiu uma política para tornar a Inglaterra uma nação produtora de têxteis, não uma exportadora de matérias-primas.⁷

Henrique VII criou um considerável arsenal de política econômica. Sua primeira e mais importante ferramenta eram as tarifas de exportação: os produtores de têxteis estrangeiros teriam de processar matérias-primas mais caras que suas contrapartes inglesas. Aos fabricantes de lã recém-estabelecidos concediam-se isenção fiscal por certo período e monopólios em determinadas regiões. Também houve uma política para atrair artesãos e empreendedores do exterior, especialmente da Holanda e da Itália. Na medida em que a capacidade de fabricação de lã crescia na Inglaterra, as tarifas de exportação aumentavam, até o país ter condições de processar toda a lã produzida. Cerca de cem anos depois, Elisabeth I pôde embargar toda exportação de lã não processada pela Inglaterra. No século XVIII, Daniel Defoe e outros historiadores viram sabedoria nessa estratégia, que eles chamaram de Plano Tudor. Tal como Veneza e Holanda, e pelos mesmos métodos, a Inglaterra posicionou-se na situação de renda tripla: um setor industrial forte, monopólio sobre determinada matéria-prima (lã) e comércio ultramarino.

Vários historiadores ingleses salientam que a política industrial dos Tudor foi a verdadeira base da grandeza posterior da Inglaterra. Isso teria consequências significativas no continente. Florença foi um dos Estados mais atingidos pela concorrência inglesa. Os florentinos ainda tentaram operar com a lã espanhola e até trocar a produção de lã pela de seda, mas a política inglesa foi tão bem-sucedida que os anos dourados de Florença chegaram ao fim.

Os espanhóis eram os principais concorrentes da Inglaterra na produção de lã. Em 1695 o economista inglês John Cary sugeriu que a Inglaterra comprasse toda a lã espanhola, a fim de queimá-la: como não tinha capacidade para processar tudo, a Inglaterra poderia fortalecer seu poder eliminando a matéria-prima do mercado:

Poderíamos fechar um contrato com os espanhóis por toda [lã] que tenham; e se for alegado que, assim, teríamos em demasia,

melhor seria queimar o excesso de lã à custa do público (como os holandeses fazem com suas especiarias) do que tê-la manufaturada no estrangeiro, o que não podemos evitar de outra forma, pois toda a lã da Europa é processada em algum lugar.⁸

A guerra comercial era uma luta pela realização das atividades que produziam os maiores lucros, pagavam os maiores salários e/ou poderiam ser mais tributadas. Todos os participantes sabiam que a política comercial estratégica era, na realidade, uma “guerra por outros meios”.

Durante algumas centenas de anos a política comercial da Europa baseou-se na maximização da indústria de cada país, embora isso muitas vezes prejudicasse a indústria de outros países. O economista alemão Friedrich List observou em 1841 que ao longo de centenas de anos a política econômica da Inglaterra foi baseada em uma regra simples: importação de matérias-primas e exportação de produtos industriais. Para serem prósperos, países como Inglaterra e França teriam de concorrer com as estruturas econômicas de Veneza e da Holanda, mas não necessariamente com suas políticas econômicas. Países já prósperos poderiam adotar uma política muito diferente daquelas dos países ainda pobres. Uma vez que um país estivesse solidamente industrializado, os mesmos fatores que exigiam proteção inicial – obter rendimentos crescentes e adquirir novas tecnologias – passavam a exigir mais e maiores mercados internacionais para que o país pudesse se desenvolver e prosperar. Isso mostra que a proteção industrial bem-sucedida carrega as sementes da própria destruição: quando a industrialização obtém êxito, a proteção torna-se contraproducente. Conforme disse um viajante italiano anônimo na Holanda, em 1786: “As tarifas são tão úteis para a introdução das artes [indústrias] em um país quanto são prejudiciais, quando estas estão estabelecidas.”⁹ Aqui está a chave para se compreender o momento certo do livre-comércio. Esta é mais uma percepção que se perdeu na teoria econômica aplicada em grandes partes do mundo atual.

Desde então, os princípios fundamentais do arsenal de políticas econômicas de Henrique VII foram componentes obrigatórios nas políticas econômicas de todos os países que conseguiram trilhar o caminho da pobreza à riqueza. Há poucas exceções a essa regra. Uma pequena cidade-estado desprovida de recursos, mas com uma enorme hinterlândia (mercado secundário), como Hong Kong, pode tornar-se rica da mesma maneira “natural” que Veneza e Holanda o fizeram. Ao estudarmos os mecanismos internos de tais Estados vemos que o fundamento de toda criação de riqueza – desde o custo de uma licença de táxi em Hong Kong até as grandes corporações da cidade – não é a concorrência perfeita, mas o benefício com a concorrência imperfeita.

O primeiro secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Alexander Hamilton, com o seu *Report on the Manufactures of the United States* [Relatório sobre as manufaturas dos Estados Unidos], de 1791, recriou um arsenal de políticas muito semelhante ao de Henrique VII. Os objetivos declarados por Hamilton eram os mesmos: mais divisão do trabalho e setor industrial mais desenvolvido. O mesmo instrumental foi usado por quase todos os países continentais europeus no século XIX, inclusive o meu, a Noruega, na periferia europeia. As teorias do economista alemão Friedrich List – que viveu tempo suficiente nos Estados Unidos para se tornar cidadão americano – foram a principal inspiração para as nações europeias que seguiram as políticas e o caminho inglês para a industrialização. Os textos de List foram traduzidos para muitas línguas, e a mesma caixa de ferramentas “listiana” foi usada no Japão a partir da Restauração Meiji, na década de 1860, e na Coreia – um país que, em 1950, era mais pobre que a Tanzânia –, da década de 1960 em diante. Países pobres são aqueles que não usam essa caixa de ferramentas, ou a usam por um período muito curto e/ou de modo estático, o que impede a implantação da dinâmica competitiva. A comparação entre o “bom” e o “mau” protecionismo, feita no Apêndice IV, destaca as diferenças qualitativas entre as práticas protecionistas.

O arsenal da emulação e do desenvolvimento econômico

As coisas fundamentais são as que valem enquanto o tempo passa.
Sam, o pianista de *Casablanca*

1. Observação das sinergias da riqueza, agrupadas em torno de atividades com rendimentos crescentes e da mecanização contínua em geral. Reconhecimento de que “estamos no negócio errado”. Seleção, apoio e proteção consciente dessas atividades com rendimentos crescentes.
2. Proteção / patentes / monopólios temporários concedidos às atividades selecionadas de determinada área geográfica.
3. Reconhecimento do desenvolvimento como um fenômeno sinérgico e, conseqüentemente, da necessidade de um setor industrial diversificado (“maximizar a divisão do trabalho”, Serra, 1613).
4. Percepção de que um setor industrial resolve simultaneamente três problemas de política, endêmicos ao Terceiro Mundo: aumenta o valor adicionado nacional (PIB), faz crescer o nível de emprego e resolve os problemas do balanço de pagamentos.
5. Atração de estrangeiros para trabalhar em atividades selecionadas (historicamente, perseguições religiosas contribuíram bastante para isso).
6. Relativa supressão da aristocracia agrária e de outros grupos com interesse na produção de matérias-primas (de Henrique VII, na década de 1480, até a Coreia, a partir de 1960). A fisiocracia, criadora da economia neoclássica atual, representava a revolta dos proprietários rurais contra as políticas listadas aqui, na França pré-revolucionária. A Guerra Civil Americana é o protótipo de um conflito entre livre-cambistas e exportadores de matérias-primas (o Sul), de um lado, e a classe industrializante (o Norte), do outro. Os países pobres de hoje são as nações em que

o “Sul” ganhou os conflitos políticos e as guerras civis. Abrir-se muito cedo para o livre-comércio faz com que o “Sul” vença. A economia neoclássica e as condicionalidades das instituições de Washington representam um apoio incondicional para o “Sul” que existe em todos os países pobres.

7. Benefícios fiscais para atividades selecionadas.
8. Crédito barato para atividades selecionadas.
9. Subsídios às exportações das atividades selecionadas.
10. Forte apoio ao setor agrícola, apesar de este ser considerado incapaz de tirar, por si só, a nação da pobreza.
11. Ênfase em aprendizado e educação (o sistema de aprendizes de Elisabeth I; *The New Atlantis* [A nova Atlântida], de Francis Bacon; academias de ciência, tanto na Inglaterra como no continente).
12. Proteção de patentes para o conhecimento valioso (Veneza, a partir da década de 1490).
13. Tarifa de exportação ou fim de exportações de matérias-primas, a fim de torná-las mais caras para as nações concorrentes. (Isso começou no final da década de 1400, com Henrique VII, cuja política foi muito eficiente em prejudicar gravemente a indústria de lã na Florença dos Médici.)

A Espanha como exemplo gritante do que não fazer

A partir de meados da década de 1500, o palco europeu proporcionou uma imagem adicional em teoria e política econômica, dando um exemplo do que um país *não* deve fazer. A Espanha havia sido um importante Estado industrial durante muito tempo. “Na Europa, para descrever a melhor seda, alguém certa vez disse: ‘É da qualidade de Granada.’ Para descrever o melhor pano, alguém certa vez disse: ‘É da qualidade de Segóvia.’”, escreveu um economista português no século XVIII. Nessa altura, a indústria manufatureira espanhola já era história, e os mecanismos que ha-

viam diminuído a capacidade industrial e a riqueza do país eram estudados em toda a Europa. As conclusões sobre o que tinha acontecido eram praticamente unânimes.

A descoberta da América fez com que enormes quantidades de ouro e de prata fluíssem para a Espanha. Essas grandes fortunas não foram investidas em sistemas produtivos e, na verdade, levaram à desindustrialização do país. Os proprietários de terras foram os que mais lucraram com a “torrente de ouro” da América, pois detinham o monopólio da exportação de azeite e de vinho para o crescente mercado do Novo Mundo. A oferta desses bens é bastante inelástica e sujeita a rendimentos decrescentes, em vez de rendimentos crescentes.¹⁰ É preciso esperar um bom tempo para aumentar a produção, especialmente para fazer com que as novas oliveiras produzam como as antigas. Essa expansão gera rendimentos decrescentes: o custo de produção por unidade sobe, em vez de cair. Logo, o resultado de uma demanda maior era um aumento acentuado no preço dos produtos agrícolas. Ao mesmo tempo, os proprietários de terras estavam isentos de pagar a maioria dos impostos, de forma que a carga tributária recaía, cada vez mais, sobre artesãos e industriais, cuja competitividade já estava sendo esmagada pela abrupta alta de preços dos produtos agrícolas na Espanha. Isso arruinou as sinergias e a divisão do trabalho nas cidades espanholas, causando desindustrialização, da qual a Espanha só se recuperou no século XIX. Os Estados bem-sucedidos protegem a indústria manufatureira, enquanto a malograda Espanha protegeu a agricultura a ponto de matar a indústria.

No plano político, a “guerra civil” entre atividades urbanas modernas e atividades rurais tradicionais já havia sido parcialmente perdida, na Espanha, durante e após o chamado Levante dos Comuneros [Guerra das Comunidades de Castela], de 1520-1521. No longo prazo, esse protótipo de revolução europeia moderna prejudicou seriamente as cidades manufatureiras espanholas, como Segóvia. O enorme poder político de La Mesta – a organização dos proprietários de ovelhas, à qual a Coroa espanhola devia di-

nheiro – somou-se às políticas econômicas pró-matérias-primas e antimodernizantes da Espanha. La Mesta conseguia exercer seu poder de tal maneira que suas ovelhas podiam invadir terras agrícolas – e algumas das terras agrícolas na Espanha foram novamente convertidas em pastos. A comparação entre Espanha e Inglaterra no século XVI nos fornece um exemplo útil da importância de verificar quem detém o poder político: os que têm interesse na produção de matérias-primas (como a Espanha) ou aqueles com interesse na indústria (como a Inglaterra). Isso não quer dizer que os indivíduos interessados na indústria são melhores ou menos gananciosos que os interessados na produção de matérias-primas. O capitalismo deve ser entendido como um sistema de consequências não intencionais, e as consequências não intencionais de se lucrar com a indústria são diferentes daquelas encontradas em nações onde todos obtêm seus lucros a partir de matérias-primas. Quando esses mecanismos são compreendidos, é possível – tal como foi para Henrique VII – criar os efeitos desejados por meio de políticas econômicas sensatas. Atualmente, tais políticas estão proibidas pelo Consenso de Washington.

Assim como Veneza e Holanda eram consideradas exemplos a serem copiados, a Espanha passou a ser vista no século XVI como exemplo de política econômica e de efeitos econômicos que uma nação deveria evitar. As riquezas das colônias empobreceram, em vez de enriquecer, a capacidade da Espanha de produzir bens e serviços. Em contraste com a Inglaterra – que havia protegido e incentivado a indústria desde a chegada de Henrique VII ao poder em 1485 –, a Espanha protegia sua produção agrícola, como azeite e vinho, contra a concorrência estrangeira. No final do século XVI, a Espanha, que possuía uma considerável produção industrial, estava desindustrializada.

Estava claro para os observadores de então que o ouro e a prata que fluíam para a Espanha vazavam para fora dela e acabavam em dois lugares: Veneza e Holanda. Tal qual um lento tsunami, é possível estudar a onda de inflação que se espalhou pela Europa,

com seu epicentro na Espanha. Por que esse fluxo de ouro e prata ia parar em zonas geográficas tão limitadas? O que distinguiu Veneza e Holanda do resto da Europa? A resposta é que esses locais tinham uma indústria extensa e diversificada, e praticamente nenhuma agricultura. Espalhava-se pela Europa a noção de que as verdadeiras minas de ouro do mundo não eram as físicas, mas a indústria manufatureira. Encontramos a seguinte observação na obra de Giovanni Botero sobre o que gera a riqueza das cidades:

Tal é o poder da indústria que nenhuma mina de ouro ou de prata na Nova Espanha ou no Peru pode comparar-se a ela. Os impostos das mercadorias de Milão valem mais para o Rei Católico do que as minas de Potosi e Jalisco.¹¹ A Itália é um país em que [...] não há importantes minas de ouro ou de prata, e tampouco na França. Apesar disso, ambos os países são abastados em dinheiro e riquezas, graças à indústria.¹²

A afirmação de que a indústria era a mina de ouro verdadeira aparecia de diversas formas em toda a Europa, do final do século XVI ao século XVIII. Depois de Botero, isto é dito por Tommaso Campanella (1602) e Antonio Genovesi (na década de 1750), na Itália, por Geronimo Uztáriz, na Espanha (1724-1751), e por Anders Berch (1747), o primeiro professor de economia fora da Alemanha, na Suécia: “As verdadeiras minas de ouro são as indústrias manufatureiras.”¹³

Na economia pré-smithiana, a implantação da indústria passou a ser vista como parte de uma missão mais ampla da sociedade civilizadora. O capitalismo era usado como argumento para reprimir e aproveitar as paixões da humanidade, de modo a canalizar as energias dos homens para algo criativo.¹⁴ O economista italiano Ferdinando Galiani (1728-1787) declarou: “Com a indústria, podemos esperar que os dois maiores males da humanidade – a superstição e a escravidão – sejam curados.”¹⁵ Esse tornou-se o princípio que serviu de base para a política econômica europeia, que, por longo tempo, industrializou, um a um, os países europeus. A construção da “civilização”, a construção de um setor

industrial e, mais tarde, a construção da democracia eram vistas como partes inseparáveis do mesmo processo. Essa sabedoria convencional também foi citada pelo estadista, político e escritor francês Alexis de Tocqueville (1805-1859) em 1855:

Eu não sei se alguém é capaz de citar uma única nação manufatureira e comercial – desde os tírios até os florentinos e os ingleses – que também não tenha sido livre. Há, portanto, uma ligação estreita, e uma relação necessária, entre estas duas coisas: liberdade e indústria.¹⁶

Por volta de 1550, muitos economistas espanhóis começaram a perceber o que estava acontecendo em seu país, passando a produzir boas análises e sólidos conselhos. Conforme salienta o historiador americano Earl Hamilton, especialista em economia espanhola e em ciência econômica desse período:

A história registra poucos casos assim, seja de um competente diagnóstico daqueles males sociais que nos são fatais, feito por qualquer grupo de filósofos morais, seja de tamanho desprezo por sólidos conselhos por parte de estadistas.¹⁷

Em 1558, o ministro das Finanças da Espanha, Luis Ortiz, descreveu esta situação em um memorando ao rei Filipe II:

A partir das matérias-primas da Espanha e das Antilhas – particularmente a seda, o ferro e a cochonilha [um corante vermelho] – que lhes custa apenas um florim, os estrangeiros produzem bens finais que vendem de volta à Espanha por cerca de dez a cem florins. A Espanha fica sujeita a humilhações do resto da Europa maiores do que aquelas que ela própria impõe aos índios. Em troca de ouro e prata, os espanhóis oferecem bugigangas de maior ou menor valor. Mas, ao comprarem de volta as suas próprias matérias-primas a um preço exorbitante, os espanhóis são feitos de bobos por toda a Europa.¹⁸

A ideia fundamental aqui – a de que um produto final pode custar de dez a cem vezes o preço da matéria-prima necessária para produzi-lo – reapareceria ao longo de séculos na literatura europeia

sobre política econômica. Entre matérias-primas e o produto final existe um multiplicador, um processo industrial que demanda e cria conhecimento, mecanização, tecnologia, divisão do trabalho, rendimentos crescentes e – acima de tudo – emprego para as massas de subempregados e desempregados características dos países pobres. Atualmente, os modelos econômicos do Banco Mundial presumem o pleno emprego nos países em desenvolvimento, embora em alguns lugares não mais do que 20% a 30% da força de trabalho tenham o que poderíamos chamar de “emprego”. Aqueles ligados à política econômica no passado reconheciam a dimensão do desemprego, do subemprego e da vadiagem, e compreendiam que os trabalhadores envolvidos na transformação de matérias-primas em produtos finais aumentariam, eles mesmos, a riqueza das cidades e das nações. O principal ponto, no entanto, era que as atividades econômicas que passavam a existir quando as matérias-primas eram transformadas em produtos finais seguiam leis econômicas diferentes daquelas que comandavam a produção de matéria-prima. O “multiplicador industrial” era a chave tanto para o progresso quanto para a liberdade política.

Desde o final do século XV até depois da Segunda Guerra Mundial, o principal tema em política econômica – se não em teoria econômica – foi o que podemos chamar de “culto da indústria manufatureira”. Isso significava “plantar” indústrias, assim como alguém “plantava” espécies úteis provenientes de terras estrangeiras. Duas instituições diferentes, mas destinadas a fins semelhantes, foram criadas no final do século XV: a proteção de novos conhecimentos, por meio de patentes, e a transferência desses conhecimentos para novas áreas, por meio de proteção tarifária. Ambas eram baseadas no mesmo ponto de vista econômico: criação e expansão geográfica de novos conhecimentos mediante o estímulo à concorrência imperfeita. Esses dois mecanismos, que “distorciam os preços” em relação ao que o mercado faria se atuasse por conta própria, eram parte indispensável do processo de desenvolvimento: as patentes, que criavam um monopólio tempo-

rário para novas invenções, e as tarifas, que distorciam os preços dos bens manufaturados e permitiam que novas tecnologias e novas indústrias se estabelecessem longe do lugar onde haviam sido inventadas.

Deixados por conta própria, os mercados nunca seriam capazes de reproduzir essas invenções e inovações. As instituições de Washington e a atual política econômica defendem apenas uma dessas instituições, as patentes, que geram um aumento contínuo dos fluxos de renda para poucos – e muito ricos – países, mas proíbem veementemente os instrumentos que permitem a propagação geográfica da concorrência imperfeita para outros países, na forma de novas indústrias. Proteger a concorrência imperfeita nos países ricos é aceito, mas não nos pobres. Isso é parte do que chamo de “malabarismo com premissas” da teoria econômica: em casa usam-se teorias diferentes daquelas permitidas ao Terceiro Mundo, seguindo o velho padrão colonial. O jogo do poder econômico sempre resulta no princípio da regra de ouro: quem tem o ouro faz as regras.

No início do século XVIII desenvolveu-se uma regra prática para a política comercial bilateral que rapidamente se espalhou por toda a Europa. Quando um país exportava matérias-primas e importava bens industriais, isso era considerado “comércio ruim”. Quando o mesmo país importava matérias-primas e exportava bens industriais, isso era considerado “comércio bom”.¹⁹ Quando um país exportava bens industriais em troca de outros bens industriais, isso era considerado “comércio bom” para ambas as partes. Para usar um termo empregado certa vez pela Unctad: “comércio simétrico” é bom para todas as partes; “comércio assimétrico” não beneficia os países pobres.

É por isso que os defensores mais entusiastas da industrialização e da proteção tarifária, como Friedrich List, também eram os defensores mais efusivos do livre-comércio e da globalização, mas só depois que todos os países se industrializassem. Já em 1840, List tinha uma receita para a “boa globalização”:²⁰ o livre-comércio

seria o melhor depois que todos os países do mundo se industrializassem. O único ponto com o qual discordamos é sobre o momento certo para a adoção do livre-comércio, e sobre a sequência geográfica e estrutural em que o desenvolvimento em direção ao livre-comércio acontece.

Esse tipo de visão econômica ainda persistia durante a reconstrução da Europa após a Segunda Guerra Mundial. Finda a guerra, a indústria dos Estados Unidos era muito superior à europeia, mas ninguém sugeriu que a Europa seguisse a própria vantagem comparativa na agricultura. Pelo contrário, tudo foi feito para reindustrializar a Europa através do Plano Marshall, usando o instrumental de políticas tradicional, que incluía a proteção das indústrias manufatureiras. Uma diferença em relação aos séculos anteriores era que, depois da Segunda Guerra Mundial, a agricultura da Europa também teve que ser protegida. Mas é importante destacar que a proteção da agricultura no século XX deveu-se a razões inteiramente diferentes da proteção à indústria. O desenvolvimento de uma base industrial pede um protecionismo agressivo, voltado para a industrialização e o aumento dos salários reais, enquanto a proteção da agricultura pede um protecionismo defensivo, destinado a impedir que a renda do setor agrícola fique muito para trás, já que o protecionismo agressivo bem-sucedido empurra para cima os salários dos setores não agrícolas da economia. Em outras palavras, a proteção da indústria manufatureira que permite a criação de novos empregos e faz aumentar os salários nacionais baseia-se em uma lógica muito diferente da proteção do emprego na agricultura contra seus concorrentes dos países mais pobres. O primeiro tipo de protecionismo aumenta o nível salarial em todo o país, através das sinergias que são geradas; o segundo tipo ajuda os agricultores e as regiões onde a agricultura predomina. A necessidade desses dois tipos de protecionismo só será inteiramente compreendida quando as diferenças qualitativas entre indústria e agricultura forem explicadas no próximo capítulo.

A Alemanha segue os passos da Inglaterra (1648)

A França e outros países logo imitaram as estratégias inglesas que tinham sido tão bem-sucedidas sob os Tudor. Elas se tornaram projetos estruturantes dos estados-nação num momento em que as pequenas cidades-estado haviam perdido o poder para as nações que conseguiam consolidar e expandir o “bem comum” para grandes áreas geográficas, com mercados maiores. O famoso estadista Jean-Baptiste Colbert (1619-1683) desenvolveu a indústria e a infraestrutura que uniram a França. O objetivo era unificar o país, estabelecendo uma “concorrência perfeita” dentro dele, fazendo com que os rendimentos crescentes e a indústria de trabalho intensivo ficassem protegidos da concorrência estrangeira. Ao longo do século XVIII, Colbert era conhecido na Europa como o “Grande Colbert”.

Agora vamos observar a “nação atrasada” da Europa, a Alemanha. Veit Ludwig von Seckendorff (1626-1692) foi o fundador da escola alemã de economia. Sua época foi marcada pela guerra e a miséria. A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) tinha aniquilado cerca de 70% da população civil em algumas partes da Alemanha. Começou como uma disputa religiosa interna e, gradualmente, envolveu muitas das grandes potências da Europa, inclusive Espanha, França, Dinamarca e Suécia. Ela não teve ganhadores. Para muitos alemães, o verdadeiro perdedor foi a própria civilização. Quando Seckendorff tinha dezesseis anos, seu pai – um alemão que servia no Exército sueco – foi degolado como espião em uma cidade no norte da Alemanha. Quando Seckendorff morreu, com 66 anos, o exército de Luís XIV na França tinha acabado de devastar o estado alemão da Renânia-Palatinado. Nesse meio-tempo a Alemanha travou uma guerra com os turcos, que sitiaram e quase conseguiram conquistar Viena, e outras duas guerras com a França. Isso fez com que Estrasburgo, onde Seckendorff havia estudado, fosse perdida para a França. A Paz de Westfália, estabelecida em 1648, no final da Guerra dos Trinta Anos, deixara uma Ale-

manha fragmentada em mais de trezentos pequenos Estados. A maneira como a Alemanha saiu dessa barbárie também traz importantes lições para os Estados inoperantes, ou frágeis, de hoje. A saída da Alemanha baseou-se em uma estratégia de produção, com uma indústria diversificada para além da agricultura e da produção de matérias-primas. A chave para o sucesso era emular a estrutura econômica de um país onde reinava a paz e a prosperidade. O exemplo escolhido foi o holandês.²¹

Com ajuda dos colegas de seu pai, Seckendorff conseguiu emprego junto a outro ex-oficial do Exército sueco, o Duque Ernesto de Saxe-Gotha, conhecido como Ernesto, o Piedoso. Uma das atribuições de Seckendorff era tomar conta da enorme biblioteca que o Duque Ernesto havia adquirido como espólio de guerra.²² Essa biblioteca pode ser visitada ainda hoje no impressionante castelo e prédio administrativo estabelecido pelo Duque Ernesto em Gotha. Encarregado de apresentar resumos de textos ao Duque, o jovem Seckendorff teve acesso a alguns dos escritos mais importantes sobre economia e ciência política de sua época. Em 1656, quando tinha trinta anos, ele publicou seu trabalho mais importante, *Der Teutsche Fürstenstaat* [O principado alemão], cuja tese baseava-se em duas antigas tradições: a descrição pormenorizada da história de um país – seu povo, sua administração, suas instituições, seus recursos –, comum na Itália do século XIII; e a de antigos livros alemães chamados *Fürstenspiegel* (literalmente, “o espelho do rei”), ou “manuais de instrução” para reis e príncipes sobre como governar seus países. O livro de Seckendorff foi reeditado pelos 98 anos seguintes – uma vida bastante longa para um manual.

Alguns anos depois, Seckendorff viajou para a República Holandesa com o Duque Ernesto. Como ocorrera com tantos outros observadores da época, a afluência, a paz, a liberdade e a tolerância que viu ali lhe causaram uma profunda e duradoura impressão. Ao voltar para casa, sentindo necessidade de elaborar mais seu pensamento para os príncipes alemães, escreveu um suplemento, *Additiones*, que foi publicado em 1664 e depois impresso com seu

livro. Esse suplemento contém as mais importantes percepções econômicas de Seckendorff. Suas experiências na Holanda confirmaram a teoria que ele havia formulado na biblioteca de Gotha sobre a importância das cidades e da indústria na criação de riqueza. As obras do economista italiano Giovanni Botero – cujo mais famoso trabalho, *Sobre a grandeza das cidades*, foi publicado pela primeira vez em 1588 – atualmente estão na biblioteca de Gotha em trinta edições diferentes, todas publicadas antes de 1655. Podemos supor que a maioria delas já estava lá na época de Seckendorff.

Seckendorff compreendeu a importância de haver muitas profissões e ofícios diferentes localizados nas cidades e constatou que os artesãos migram do campo para as cidades, onde podem ganhar mais. Sua preocupação com a falta de concorrência entre os artesãos demonstra uma visão moderna. O Duque Ernesto investiu em infraestrutura e fez uma tentativa – relativamente malsucedida – de tornar navegáveis os rios do principado, como os canais holandeses. Com as políticas de Seckendorff, que eliminaram tarifas e impostos, as pessoas puderam circular mais livremente. Essas políticas representam os primórdios de um Estado de Bem-Estar Social, com o Estado assumindo a responsabilidade de ajudar os velhos e os doentes.

O que Seckendorff e outros economistas de então viram na Holanda que lhes causou uma impressão tão profunda? Muito se sabe sobre a indústria e o comércio de Delft na época em que Seckendorff visitou o país. Por isso essa cidade serve de exemplo, embora não possamos afirmar se ele a visitou. As teorias do economista alemão Werner Sombart sobre a guerra²³ e o luxo²⁴ estavam representados em Delft na marinha de guerra e na arte da pintura, que impulsionaram o desenvolvimento do capitalismo. Nessa cidade, os fabricantes de microscópios, convertidos em cientistas, confirmavam a tese do economista norueguês-americano Thorstein Veblen de que a curiosidade desinteressada, não motivada pelo lucro, também é uma grande força motriz do capita-

lismo. A Delft do século XVII demonstrou como a guerra naval, a arte como um bem de luxo e a curiosidade científica podem criar inovações e afluência nos mesmos, e bem diversificados, polos de produção. Praticamente todos os observadores estrangeiros da Holanda dessa época ressaltam a importância da diversidade *per se*, outro fator hoje desconsiderado pela economia neoclássica. No centro do polo [*cluster*] de Delft encontramos os fabricantes das lentes de vidro, ou lupas, que eram usadas para o controle de qualidade da indústria têxtil.

Por volta do século XV, os pintores flamengos e holandeses foram os pioneiros no uso de tinta à base de óleo sobre tela, enquanto pintores italianos pintavam afrescos, com tinta à base de água, em paredes recém-rebocadas. Os pintores holandeses obtinham seu óleo de linhaça e suas telas de linho e cânhamo da marinha de guerra e da marinha mercante, onde esses materiais eram usados para tratar madeira e produzir velas. No século XVII, Delft tomava de Florença a liderança na fabricação de vidro para uso científico na Europa. Como mencionado, as lentes portáteis eram usadas na indústria têxtil, mas os fabricantes descobriram outros campos para seu uso. A marinha de guerra precisava de binóculos e telescópios, e alguns fabricantes de lentes de vidro começaram a produzir microscópios. Eventualmente um deles acabava se tornando cientista, ao descrever o novo mundo revelado pelos microscópios. O grande fabricante de microscópio e cientista de Delft, Antoni van Leeuwenhoek (1632-1723), gerou uma sinergia, centrada nas lentes de vidro, entre a indústria têxtil, a produção de microscópios e as ciências naturais. Para registrar suas descobertas, ele usava artistas como ilustradores. O pintor Jan Vermeer (1632-1675), que morava na mesma quadra de Van Leeuwenhoek, começou a usar uma espécie primitiva de câmera com lentes de vidro – uma câmera escura – na sua pintura. Um filme recente sobre Vermeer mostra isso.²⁵ As relações entre arte e ciência foram reforçadas quando Vermeer, pouco antes de morrer, nomeou van Leeuwenhoek seu executor testamentário.

Outra consequência das operações da marinha de guerra foi a necessidade de mapas. Em muitas das pinturas de Vermeer os mapas têm um lugar de destaque – um dos seus biógrafos comenta sobre sua “mania de mapa”. Na Itália, os mapas eram geralmente produzidos com a técnica da xilogravura, mas os holandeses começaram a executar gravuras em cobre. Cobre e bronze eram materiais usados na produção tanto dos binóculos da marinha de guerra como dos microscópios científicos, o que criava mais um elo entre a ciência, a arte e a guerra naval. Outro holandês nascido em 1632 que começou a trabalhar como produtor de lentes de vidro foi o filósofo Baruch Spinoza. A figura 5 ilustra o “sistema nacional de inovação” que podia ser observado por quem visitasse a Holanda no período imediatamente após a Guerra dos Trinta Anos. O conhecimento desenvolvido em um setor passava para

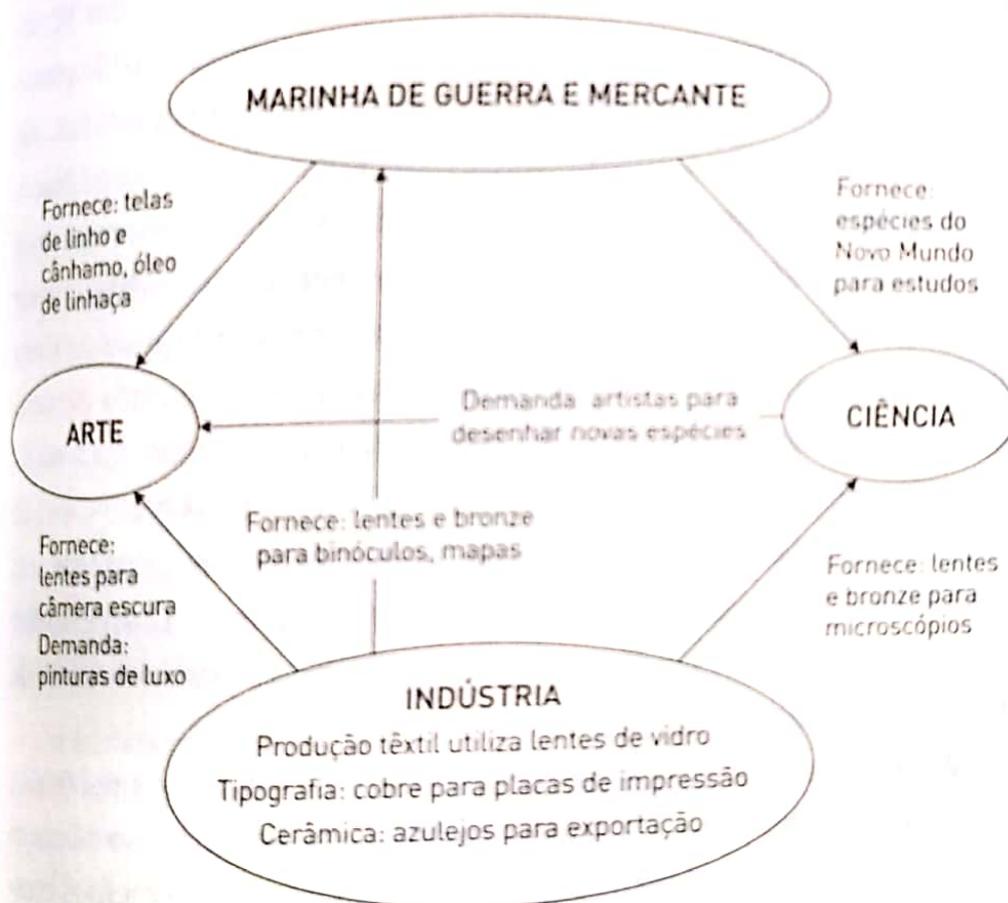


Figura 5. Delft, Holanda, década de 1650: um sistema de inovação baseado na diversidade.

setores aparentemente desconexos, provando a tese de que se cria um novo conhecimento quando se ligam fatos e eventos antes desconexos. A diversidade se tornou um ingrediente-chave do crescimento econômico. Ela não estava presente nas comunidades agrícolas, onde as pessoas tendem a produzir as mesmas coisas.²⁶ Isso passou a ser considerado um dos problemas das regiões produtoras de matérias-primas: elas comercializam pouco entre si.

A Holanda era um laboratório do desenvolvimento econômico. Para os observadores de então parecia claro que inovações e afluência resultavam das várias oportunidades de realizar invenções fora da agricultura, de diminuir os custos unitários de produção, de obter rendimentos crescentes, encontrados nas atividades urbanas, e de aumentar a divisão do trabalho, incrementando a variedade de profissões que criam afluência como produto de sinergias. Com base na observação do mesmo fenômeno em Veneza, Serra descreve esses três princípios em sua obra de 1613, acrescentando que “um fator reforça o outro”. Em outras palavras, ele descreve um sistema autocatalítico do crescimento econômico. Serra inclui um capítulo sobre o tipo de política econômica que um Estado precisa implantar para criar riqueza com base nesse sistema. Ele diz o seguinte: se você deseja estimar a riqueza de uma cidade, conte o número de profissões que existem dentro de suas muralhas. Quanto maior o número de profissões, mais rica a cidade. A diversidade de atividades econômicas era um objetivo em si. Ela tornava possível que um novo conhecimento migrasse de um setor para outro, conforme observamos na figura 5. Esses estudos teóricos seguiam a tradição do século XIII, do *ben commune*, de Brunetto Latini.

A política econômica pretendia emular a estrutura econômica encontrada em Veneza e na Holanda: a junção do maior número possível de profissões diferentes, todas sujeitas a rendimentos crescentes e à inovação tecnológica. Copiar as políticas econômicas de Veneza e da República Holandesa nunca foi um problema. Os eco-

nomistas da época entendiam que suas estruturas econômicas surgiram a partir da posição geográfica estratégica para fins de transporte marítimo e da escassez de terras aráveis. Em outras palavras, o desenvolvimento da Europa seguiu uma estratégia de seleção de referências [*benchmarking*] e de emulação. O Apêndice V apresenta a estratégia de nove pontos de Philipp Wilhelm von Hörnigk (1638-1712), outro economista alemão do século XVII. Ele definiu os princípios que deviam ser seguidos pelos Estados retardatários de língua alemã, a fim de emular as estruturas econômicas de países europeus ricos. Vale a pena notar que essa estratégia dirigia-se principalmente à Áustria e foi publicada pela primeira vez em 1684, apenas um ano após o último cerco de Viena pelos turcos. O livro de Hörnigk teve dezesseis edições e foi reimpresso por mais de cem anos. A edição do centésimo aniversário de publicação, em 1784, reiterou a importância da obra para o sucesso econômico da Áustria. Como de costume, esse livro não é mencionado na história do pensamento econômico padrão.

Encontramos nos estudos mais antigos a observação de que a proximidade das cidades também aprimora as práticas agrícolas. Botero escreveu: "As ovelhas holandesas geram três ou quatro cordeiros de cada vez, e as vacas, muitas vezes dois bezerros; as vacas produzem tanto leite que uma pessoa que nunca as viu não acreditaria."²⁷ No entanto, a importância-chave das sinergias entre as cidades e o campo só ganhou destaque durante o Iluminismo.

Josiah Child (1630-1699), um comandante da Companhia Britânica das Índias Orientais, resume o propósito da política econômica de emulação neste argumento:

Se pretendemos dominar o comércio mundial, precisamos imitar os holandeses, que produzem tanto a pior quanto a melhor de todas as manufaturas, para que possamos ter a capacidade de atender a todos os mercados e a todos os caprichos.

De maneira semelhante, Child abre seu livro de 1668, *Brief Observations Concerning Trade and Interest of Money* [Breves considera-

ções relativas ao comércio e aos juros do dinheiro], com um comentário sobre “o prodigioso crescimento dos holandeses”, que é “a inveja das gerações presentes e talvez a maravilha de todas as futuras”. Ele acrescenta: “Os meios que usaram para avançar tanto são suficientemente óbvios e em grande medida imitáveis pela maioria das outras nações [...], o que me esforçarei para demonstrar na dissertação a seguir.”²⁸ O que era óbvio para Josiah Child desapareceu da economia do manual-padrão.

Os alemães também estavam cientes de que, pelo menos em curto prazo, não poderiam emular o sistema político da Holanda ou de Veneza, mais democrático. Havia uma clara ligação entre a estrutura econômica de um Estado e sua estrutura política.²⁹ Em curto prazo, a Alemanha deveria conviver com os governantes que tinha. A maneira de desenvolver o país era convencer os governantes a mudarem sua política econômica, o que, por sua vez, conduziria a uma forma de governo mais democrática em longo prazo. O despotismo dos governantes se desenvolveria no que mais tarde Wilhelm Roscher chamou de “despotismo esclarecido” (1868). Por volta de 1648, filósofos e economistas trabalharam para mudar a percepção dos governantes sobre o que constituía um reino bem-sucedido.

Seckendorff foi um dos primeiros partidários dessa escola de economistas e escritores políticos que dominaria a Europa no século seguinte: escritores que convenceram reis e governantes de que seu direito de governar um país também implicava o dever de desenvolver o Estado. Esses foram os primeiros Estados desenvolvimentistas, precursores do que Coreia e Taiwan fizeram na segunda metade do século XX. Os déspotas esclarecidos – os reis-filósofos, na expressão de Christian Wolff – eram os responsáveis por essa “ditadura desenvolvimentista”. O papel dos economistas, depois de Seckendorff, passou a ser aconselhar, apoiar, orientar, corrigir, estimular e persuadir os governantes para que fizessem seu trabalho adequadamente. Muitos economistas também atua-

ram como “conselhos de um homem só” e “empreendedores de última instância” para os reis, atividades que frequentemente os colocavam em apuros financeiros. A lógica que emergia era “quanto melhor o governante, mais rico o povo”. Em vez de avaliado pela própria riqueza, o sucesso do governante deveria ser baseado na riqueza e na felicidade de seu povo.

O primeiro professor de economia em todo o mundo foi Simon Peter Gasser, que assumiu a cadeira de “economia, política e ciências cameralistas” na Universidade de Halle, Alemanha, em 1727. A Inglaterra só veio a ter seu primeiro catedrático em economia quase cem anos depois (Adam Smith era professor de filosofia moral). O primeiro manual de economia escrito pelo primeiro professor de economia do mundo, *Introdução às ciências econômicas, políticas e cameralistas*, começa com um poema escrito por Seckendorff, que descreve os velhos ideais de um rei – ser um hábil caçador, cavaleiro e esgrimista – e, em seguida, passa a descrever o rei moderno, cujo sucesso é medido pelo bem-estar e a justiça encontrados no seu reino.³⁰

A Irlanda aprende com o passado

Em julho de 1980, o “despotismo esclarecido” de Wilhelm Roscher veio à minha mente. Depois de terminar o doutorado, consegui meu primeiro emprego em uma consultoria norte-americana, Telesis. No começo da minha primeira tarefa, estávamos – eu e o diretor-geral da Telesis – no gabinete de Charles Haughey, primeiro-ministro irlandês. A tarefa consistia em avaliar a política industrial irlandesa após a Segunda Guerra Mundial e formular recomendações para o futuro. Essa avaliação seria levada diretamente ao gabinete do primeiro-ministro.

Haughey, que era contador, fizera a seguinte declaração ao povo irlandês em 9 de janeiro daquele ano:

Quero falar a vocês nesta noite sobre o estado da nação. E o quadro que tenho de pintar, infelizmente, não é muito agradável. Os

números que acabo de receber mostram claramente uma coisa. Como sociedade, estamos vivendo muito além dos nossos meios... Temos vivido de um modo que não é justificável pela quantidade de bens e serviços que produzimos. Para compensar a diferença, tomamos emprestadas enormes somas de dinheiro e contraímos dívidas a uma taxa que simplesmente não pode continuar. Alguns números básicos deixarão isso muito claro... Teremos que reorganizar os gastos do governo para que possamos realizar apenas aquilo com que podemos arcar.

A Irlanda aderiu à Comunidade Europeia (CE) em 1973, recebendo vultosos fundos para o setor agrícola. Isso criou excesso de capacidade e agricultores muito endividados em um mercado muito problemático. Minha lembrança da reunião é de que Haughey tivera uma visão: "Lá fora há uma nova tecnologia chegando, e eu quero que vocês ajudem a Irlanda a ser o número um nessa tecnologia." Haughey estava se referindo à tecnologia da informação. Sua visão era a de emular os países ricos, emparelhar-se com eles e saltar à frente com a nova tecnologia. Eu era o único economista da equipe na Irlanda, e nossas recomendações foram elaboradas segundo as normas da análise de negócios.³¹

Hoje, Haughey recebe o crédito pela transformação extremamente bem-sucedida da economia irlandesa de 1980 em diante, baseada na pioneira adoção da tecnologia da informação. Depois de algum tempo, os salários reais na Irlanda ultrapassaram os da Inglaterra, seu antigo senhor colonial. Com sua visão e sua liderança, Haughey desempenhara o mesmo papel que os déspotas esclarecidos da Europa no século XVIII.

Passei em Dublin grande parte do ano seguinte à minha primeira reunião com Haughey. Com meus colegas irlandeses e na biblioteca do Trinity College aprendi muito sobre o passado industrial da Irlanda. No final da década de 1600, a Irlanda – uma colônia britânica – estava prestes a assumir a liderança da indústria mais importante da época, a de tecidos de lã. Um fluxo de imigrantes católicos qualificados, vindos do continente, contri-

buiu para essa evolução. Os produtores de tecidos de lã ingleses – que, por sua vez, estavam travando uma batalha exitosa com a indústria de lã de Florença – não podiam perder sua margem competitiva para os irlandeses. Apresentaram uma petição ao rei inglês para proibir todas as exportações de tecidos de lã da Irlanda a partir de 1699 e tiveram sucesso.

Isso foi antes da teoria do comércio de Ricardo. Todos sabiam que matar o setor industrial e forçar os irlandeses a enviar sua lã não processada para a Inglaterra significava reduzir o país à pobreza. Tais práticas eram defendidas porque todas as potências europeias fizeram o mesmo com suas colônias. Já nos referimos ao economista inglês John Cary, que discutiu “a sabedoria do livre-comércio e a pena de morte para a exportação de matérias-primas”. O mesmo John Cary empenhara-se em interromper a exportação irlandesa de produtos de lã. Seu argumento baseava-se na metáfora econômica em voga na época, a do corpo humano. Cary argumentava que a Inglaterra era a cabeça do corpo da Comunidade Britânica, enquanto a Irlanda era um membro periférico. Quando surgiram conflitos de interesses dentro do corpo, os interesses da cabeça tinham que prevalecer. Isso, naturalmente, causou um amargo ressentimento na Irlanda, onde o reitor do Trinity College, John Hely-Hutchinson (1724-1794), escreveu um livro sobre a forma como as restrições comerciais à Irlanda, em 1699, reduziram-na à pobreza. O livro, *The Commercial Restraints of Ireland Considered in a Series of Letters to a Noble Lord* [As restrições comerciais à Irlanda consideradas em uma série de cartas a um nobre senhor], publicado anonimamente, foi condenado a ser queimado pelo carrasco público, por suas doutrinas subversivas. Foi o último livro na Inglaterra a sofrer esse destino.

Na América do século XIX, os imigrantes irlandeses defendiam o “sistema americano de manufatura”, ou seja, o sistema de proteção que permitiu que o país se industrializasse. Eles lembravam que a Irlanda tivera a sua indústria roubada e não queriam que seu novo país fosse tratado do mesmo jeito pela Inglaterra (que

por mais de cem anos protestou com veemência contra a industrialização americana). A situação era um pouco como proibir o Vale do Silício de exportar eletrônicos na década de 1990. Em 1699, a Irlanda tinha sido impedida de disputar. Em 1980 o país se vingou quando imaginou uma estratégia para conquistar o que viria a ser a tecnologia dominante no mundo nas décadas seguintes – a tecnologia da informação. Isso gerou um salto de produtividade que elevou os níveis salariais nacionais a patamares superiores aos da antiga potência colonial. Talvez eu esteja atribuindo demasiada importância a esse fato, mas há quase um caráter épico no contraste entre a Irlanda colonial sendo proibida, em 1699, de usar para exportação a tecnologia mais importante da época – a de produção de tecidos de lã – e seu sucesso vingador, trezentos anos depois, com a tecnologia do nosso tempo – a tecnologia da informação.